



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 369/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1493/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Promoção Social - FPS.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Vânia Maria Cyrino Barbosa, Secretária Executiva e Ordenadora de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD-AM – Relatório Conclusivo nº 96/2015 (fl. 126/130).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2068/2016-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fl. 136/137).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Promoção Social. Exercício de 2014.

Contas Regulares com ressalvas. Multa. Prazo. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, a Prestação de Contas do Fundo de Promoção Social – FPS, de responsabilidade da Sra. **Vânia Maria Cyrino Barbosa**, Secretária Executiva da FPS e Ordenadora de Despesa, no exercício de 2014;

9.2- Aplicar Multa no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, relativamente à restrição 03, não sanada desta instrução, nos termos do paragrafo único do art. 53 da Lei 2.423/96;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor do débito aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos do art. 72, II, da Lei 2.423/96;

9.4- Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 369/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

10- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral